

Portaria n.º 310-P, de 26 de maio de 1989

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 1989, considerando a necessidade de regulamentar os arts. 6.º, 11 e 22 da Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, resolve:

Art. 1.º. Os clubes ou sociedades amadoras de caça e tiro ao vôle, para obterem concessão de registro, na forma do art. 11, da Lei n.º 5.197/67¹, apresentarão aos representantes autorizados do instituto, nos respectivos Estados da Federação, os seguintes documentos:

a) requerimento, solicitando registro junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

b) cópia dos seus estatutos devidamente publicados em órgão da imprensa oficial (federal ou estadual), no qual deverá constar a existência de uma Diretoria de Meio Ambiente, Comunicação e Educação Ambiental;

c) comprovante da personalidade jurídica registrado em cartório, na forma da lei civil;

d) cópia autêntica da ata da assembléia que elegeu a diretoria requerente;

e) cópia do alvará de localidade expedido pela prefeitura onde o clube ou sociedade tem sede e foro;

f) cópia da escritura da sede esportiva própria, ou do arrendamento de área pelo período mínimo de 20 anos;

g) planta da sede construída com a obrigatoriedade da existência de, pelo menos, uma pedana de tiro ao prato, modalidade trap americano;

h) comprovante do pagamento de contribuição equivalente ao estipulado através da Portaria n.º 302/P-IBDF, de 9 de novembro de 1988².

Parágrafo único. A representação estadual do instituto somente remeterá o processo de pedido de registro à Administração Central após verificar se a documentação exigida está completa, e se atende às exigências legais da presente Portaria.

1 Vide Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, pág. 359, neste Tema.

2 Vide Portaria n.º 302-P, de 9 de novembro de 1988. Tema 2: "Flora", pág. 162

Art. 2º. A Portaria de registro será publicada no Diário Oficial da União, renovável anualmente e com o pagamento da contribuição estipulada pela Portaria nº 302/88-P — IBDF, de 9 de novembro de 1988 com a remessa do comprovante de contribuição à Representação Estadual do Instituto.

Parágrafo único. O não pagamento da contribuição de renovação implica no cancelamento do registro até a quitação dos débitos.

Art. 3º. Restringindo-se a uma por estado, poderão ser organizadas federações estaduais de clubes de caça e tiro ao voo sempre que o mínimo de 3 (três) clubes estiverem registrados no estado.

Art. 4º. Compete ao clube ou sociedade amadorística de caça e tiro ao voo:

I — divulgar, entre seus associados e população em geral, os conceitos básicos sobre conservação do meio ambiente e manejo de recursos naturais renováveis, através de sua Diretoria de Meio Ambiente, Comunicação e Educação Ambiental;

II — instruir seus associados sobre as portarias anuais de caça, seus limites, zoneamento e sobre identificação correta das espécies listadas;

III — instruir seus associados sobre normas de segurança no manuseio e manutenção de armamento;

IV — realizar periodicamente atividades de tiro para treinamento dos associados;

V — enviar à federação estadual, quando houver, ou à Representação Estadual do Instituto, anualmente, relação nominal de seus associados; e

VI — contribuir com as contribuições estabelecidas pela federação estadual conforme art. 5º da presente Portaria.

Art. 5º. Compete à federação estadual:

I — apoiar os programas de divulgação de conservação do meio ambiente a serem desenvolvidos nos clubes de caça ou fora deles;

II — organizar o cronograma anual de provas de tiro dos vários clubes, buscando aperfeiçoar o treinamento dos associados;

III — organizar, em conjunto com os clubes, treinamento mínimo de novos sócios quanto ao uso de armamento de caça, segurança do caçador e de terceiros, prova de tiro específico para os recém-admitidos e treinamento quanto à identificação básica das espécies cinegéticas bem como sobre a ética do caçador.

IV — enviar anualmente à Representação Estadual do Instituto a relação nominal dos associados e respectivos clubes filiados; e

V — estabelecer as contribuições necessárias à manutenção das atividades referidas nos itens anteriores a serem cobrados dos associados.

§ 1º. Os cronogramas de divulgação e treinamento, referidos nos itens I e II acima, deverão ser aprovados pelo Instituto com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do início do evento, assim como qualquer alteração neles introduzida.

§ 2º. A qualquer momento, embasado na legislação vigente, o Instituto poderá exigir alterações nos programas referidos nos itens I e III.

Art. 6º. Revogado³.

Art. 7º. A partir da publicação desta Portaria os clubes e sociedades amadoras de caça e tiro ao voo já registradas, têm 1 (um) ano para se adaptarem às suas disposições.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria IBDF nº 1.407, de 15 de abril de 1970 e demais disposições em contrário.

José Carlos Carvalho
Presidente — substituto

(DOU de 26.05.89)

3 Revogado pela Portaria nº 36, de 02 de abril de 1992.